

2º Encontro da SBPC em MS/ XI ENEPEX / XIX ENEPE/ 22ª SNCT - UEMS / UFGD 2025

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM TERRAS INDÍGENAS

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Área temática: Pesquisa - Ciências Sociais Aplicadas

DA SILVA, Jhelice Franco¹ (jhelicefrancosilva@gmail.com) **CALEIRO,** Manuel Munhoz² (manuel.caleiro@uems.br);

¹ – Jhelice Franco da Silva

² – Manuel Munhoz Caleiro

O avanço das obras de infraestrutura no Brasil constitui importante vetor de desenvolvimento econômico e social, mas quando tais empreendimentos incidem sobre comunidades tradicionais em terras indígenas, emergem desafios significativos que envolvem conflitos de natureza ambiental, social e cultural. A execução dessas obras requer um processo rigoroso de licenciamento ambiental capaz de equilibrar a promoção do desenvolvimento com a preservação dos direitos constitucionais, da integridade cultural e dos ecossistemas das comunidades indígenas. Este estudo parte do reconhecimento de que a legislação brasileira, por meio da Constituição Federal de 1988, do Estatuto do Índio, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e de tratados internacionais ratificados pelo país, estabelece parâmetros para a proteção dos povos indígenas e do meio ambiente, os quais se articulam para compor um marco regulatório que deve orientar a implementação de projetos em territórios tradicionalmente ocupados. O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de licenciamento ambiental para obras de infraestrutura em terras indígenas no Brasil, identificando seus marcos legais, as etapas procedimentais, os órgãos responsáveis, as dificuldades encontradas e as implicações para as comunidades envolvidas, como objetivos específicos, busca-se identificar e examinar a legislação nacional e internacional relevante, detalhar o passo a passo do licenciamento e estudar um caso concreto para avaliar impactos ambientais, sociais e culturais, bem como as medidas mitigadoras ou compensatórias propostas. A metodologia adotada combina os métodos dialético e indutivo, fundamentados no materialismo histórico-dialético, permitindo reconstruir o percurso histórico e compreender as contradições e disputas presentes no processo de licenciamento e o procedimento histórico possibilitará o resgate da evolução normativa e prática sobre o tema, enquanto o procedimento monográfico viabilizará a análise aprofundada de um caso representativo. As técnicas de pesquisa utilizadas foram documental e bibliográfica para examinar dispositivos legais, relatórios técnicos, estudos de impacto ambiental e publicações acadêmicas relacionadas. O objetivo é identificar fragilidades, seja boas práticas ou não no licenciamento ambiental de obras em terras indígenas, oferecendo subsídios para a formulação de medidas que garantam maior efetividade à consulta prévia, livre e informada, para que assegurem transparência nas decisões e promovam ações de mitigação e compensação adequadas aos impactos identificados. Os resultados incluem a produção de relatório parcial e final, onde haverá a apresentação de comunicação oral e publicação de resumo e artigo completo em congresso nacional de direito socioambiental, com potencial para ampliar o debate acadêmico e institucional sobre o tema e a pesquisa poderá contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para a harmonização entre desenvolvimento e proteção socioambiental, fortalecendo mecanismos legais e institucionais voltados à defesa dos direitos indígenas e à preservação dos ecossistemas, de modo a orientar a execução de obras de infraestrutura em terras indígenas de forma ética, sustentável e socialmente responsável.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades, Guyra Roka, Consulta Prévia.

AGRADECIMENTOS: Meus sinceros agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico